

O “Timoneiro” nas travessias antropológicas: uma homenagem a Roberto Kant de Lima e seu legado

The “Helmsman” in anthropological crossings: a tribute to Roberto Kant de Lima and his legacy

Fabio Reis Mota

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Lucía Eilbaum

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

Esse artigo cumpre a função de introduzir este número especial, organizado por iniciativa da revista Antropolítica, para homenagear o professor Roberto Kant de Lima, falecido em maio de 2025. A partir dessa iniciativa, o texto busca apresentar parte das contribuições do professor Kant no campo da Antropologia, ressaltando em particular a concepção e prática de uma perspectiva comparada e, portanto, de uma forma específica e sofisticada de “fazer antropológico”. Essa perspectiva tem um ponto central no diálogo entre experiências e perspectivas culturais diferentes e em especial na experiência de internacionalização dos pesquisadores e pesquisadoras ao se submeterem eles mesmos a universos sociais distintos. O artigo, ainda, atua como uma forma de memória e lembrança viva de um intelectual, que para além de sua contribuição acadêmica, imprimiu marcas indeléveis nos autores, bem como nos outros colaboradores deste número. Trata-se de autores e autoras que, ao longo dos anos, foram seus colegas, orientandos e amigos, e que hoje o homenageiam nesta iniciativa da revista. Assim, o texto é construído a partir da referência a suas obras e aos diálogos que ele estabeleceu com autores centrais da teoria antropológica, bem como das experiências de orientação, trabalho e aprendizado contínuo que construímos junto com ele ao longo das nossas trajetórias.

Palavras-chave: Roberto Kant de Lima, Intelectual, Perspectiva comparada, Fazer antropológico.

Recebido em 7 de agosto de 2026.

Aceito em 28 de agosto de 2026.



ABSTRACT

This article serves to introduce this special issue, organized on the initiative of the *journal Antropolítica*, to honor Professor Roberto Kant de Lima, who passed away in May 2025. Based on this mission, the text seeks to present part of Professor Kant's contributions to the field of Anthropology, highlighting in particular his conception and practice of the comparative perspective and, therefore, a specific and sophisticated way of "doing anthropology". This perspective has a central point in the dialogue between different cultural experiences and perspectives, and especially in the internationalization experience of researchers as they submerge themselves into distinct social universes. Furthermore, the article also serves as a form of memory and a living tribute to an intellectual who, beyond his academic contribution, left indelible marks on the authors, as well as on the other contributors to this issue—men and women who, over the years, were his colleagues, advisees, and friends, and who today honor him in this initiative by the journal. Thus, the text is built upon references to his works and the dialogues he established with central authors of anthropological theory, as well as the experiences of mentorship, collaboration, and continuous learning that we built together with him throughout our trajectories.

Keywords: Roberto Kant de Lima, Intellectual, Comparative perspective, Doing anthropology.

INTRODUÇÃO

O caminho para uma produção intelectual que seja sempre crítica de si mesma passa pela identificação desse modelo para agilizar sua capacidade criadora e original. Há que utilizar com fecundidade nossas formas de expressão literárias e criativas, incapazes de descobertas bem comportadas; nossa oralidade e prolixidade; nossa impontualidade e falta de objetividade, sem reificá-las, mas sem reprimi-las, percebendo-as pelo que são enquanto expressão de nossa identidade e reflexo de choques com outras identidades. Há que também conviver e exercitar-se revolucionariamente nessas características individualistas e disciplinares, fundadas no rígido controle da produção individual e na suposta liberdade de questionamento ilimitado dentro da forma acadêmica preestabelecida, exigente de um grande caos interior para parir estrelas bailarinas. Nossa via pode ser a união desse caos interior ao grande e permanente caos exterior que nos desafia o intelecto e a emoção, para implodir os rígidos cânones da forma acadêmica, seja ela qual for, produzindo um conhecimento inédito e politicamente eficaz na tão desejada transformação de nossa realidade social e cultural, afirmando nossa identidade única e contrastante, que nos faz índios e antropólogos, scholars e informantes, antropólogos indígenas ou, definitivamente, nós mesmos, ANTROPÓLOGOS (Kant de Lima, 1997, p. 54).

Este texto procura cumprir uma dupla tarefa: introduzir o público leitor ao número especial da revista *Antropolítica* dedicado à obra de Roberto Kant de Lima, integrado por contribuições de autores e autoras que, ao longo dos anos, foram seus colegas, orientandos

e amigos, e, ao mesmo tempo, prestar homenagem a uma pessoa que, para muitos de nós, foi muito mais do que um professor ou orientador. Alguém que pertenceu à rara linhagem de intelectuais que fizeram da Universidade um lugar de encontro entre diferenças, inevitavelmente atravessado por dissensos, mas igualmente sustentado pelo ato de compartilhar, de conviver com o diferendo *da* diferença para construir coletivamente o conhecimento e as instituições.

Em sua trajetória, a ciência jamais se dissociou do compromisso com o mundo, assim como a formação acadêmica nunca se restringiu apenas ao aprendizado de um ofício. Afinal, cultivava um ideal de conhecimento e uma maneira de habitar e intervir no mundo libertária e anárquica, mas igualmente institucionalizadora. Diante do espírito tropicalista da geração dos anos 70, que informava sua concepção de mundo, o conhecimento cumpria a tarefa também de produzir relações e, particularmente, por meio delas, de expandir os horizontes da/o antropóloga/antropólogo.

Por isso mesmo, muitos de nós recorremos à imagem do timoneiro para falar de Kant. Ele foi o Timoneiro de uma grande embarcação que fez questão de não ser apenas sua. Ajudou a construí-la, a mantê-la em movimento e, sobretudo, a formar sucessivas gerações de navegantes. Nos conduzia a portos com horizontes incertos, porém sempre a lugares instigantes para o sentimento das aventuras antropológicas. Não nos oferecia cartas de navegação definitivas, porque sabia que o horizonte não é um destino, mas aquilo que continuamente se desloca à medida que aprendemos a observar, estranhar e colocar os “fatos etnográficos” sob descrição e análise antropológica. Ensinou que conhecer é sempre ir “para cima e para o alto”!

Daí seu incentivo para que nos deslocássemos para outros países, submetêssemos nossos corpos às experiências de estrangeirização e internacionalização das nossas perspectivas e experimentos sensitivos na relação com um universo estrangeiro, estranho, alheio às nossas arquiteturas morais, simbólicas e categoriais. Ensinava-nos a ler os ventos, a reconhecer as correntes, a enfrentar as tempestades e atravessar os mares revoltos sob lemas kantianos - “os cães ladram e a caravana passa”, “para cima e para o alto” - e desembarcar nos novos portos para outras travessias (e travessuras) antropológicas.

Portanto, é dessa travessia coletiva que este número especial procura guardar a memória: não apenas a memória de um mestre que partiu desse plano, mas a de um Timoneiro cuja presença continua a orientar aqueles que seguem navegando, porque permanece inscrita na obra que deixou, nas instituições que ajudou a construir e nas maneiras de pensar que nos ensinou efetivamente a cultivar. Afinal, navegar é preciso.

Por isso mesmo, não é tarefa simples escrever sobre alguém cuja ausência se faz sentir de maneira tão intensa. O estilo acadêmico costuma exigir distanciamento, impessoalidade e contenção. Entretanto, tais exigências tornam-se difíceis quando a escrita diz respeito a alguém que foi mestre, colega, parceiro de pesquisa e de aventuras acadêmicas, interlocutor e

conselheiro permanente e, sobretudo, um verdadeiro amigo: daqueles, como diz a música, que se guarda ao “lado esquerdo do peito”. Para nós, Roberto Kant de Lima representa um autor cuja obra merece reconhecimento, mas também se trata de uma pessoa que cumpriu papel primordial na nossa própria formação intelectual e humana. No nosso caso, convivemos com ele de forma sistemática durante duas décadas. Assim, este texto inevitavelmente oscila entre a apresentação analítica de um legado científico e o testemunho de uma convivência afetuosa.

O ETNÓGRAFO, AS INSTITUIÇÕES E AS PESSOAS

Roberto Kant de Lima - para muitos simplesmente Kant, para outros, Roberto - viveu a universidade como poucos. Como os artigos dos colegas neste número especial apontam, Kant fez da produção do conhecimento uma prática inseparável da construção institucional, da formação de pesquisadores e da defesa intransigente da universidade pública, da ciência e dos valores da democracia, da justiça e da igualdade.

Sua atuação foi decisiva para a criação, em 1994, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGACP/UFF); em 2002, transformado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFF); para a fundação também em 1994 do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP), atualmente coordenado por Fabio Reis Mota; para o fortalecimento de programas de pós-graduação na área do Direito em instituições como a Universidade Gama Filho e a Universidade Veiga de Almeida; para a criação em 2009 do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), uma ampla e consolidada rede nacional e internacional de pesquisa, transferência do conhecimento e divulgação científica, atualmente coordenada por Lucía Eilbaum. Foi igualmente protagonista na criação, em 2012, do primeiro curso de bacharelado em Segurança Pública do país, que resultou na sua institucionalização através da criação institucional, em 2017, do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos e do Departamento de Segurança Pública, na UFF, ou seja, a primeira unidade acadêmica no domínio do conhecimento da Segurança Pública pensada e voltada para administração republicana e democrática dos conflitos e criada em uma universidade federal de ponta como a UFF. A partir daí, também foi protagonista e entusiasta da criação e aprovação em 2019 do curso de mestrado em Justiça e Segurança, vinculado ao instituto mencionado. Ele coordenou experiências pioneiras de formação de profissionais da segurança pública e da justiça criminal e orientou sucessivas gerações de pesquisadores que hoje atuam em universidades brasileiras e estrangeiras¹.

¹ Ao longo da sua trajetória, Kant supervisionou 31 pós-doutorados e orientou 33 teses de doutorado, 84 dissertações

Sua atuação, contudo, jamais se restringiu aos muros da universidade, como evidenciam os textos deste número especial. Convencido de que a produção do conhecimento deveria dialogar com os dilemas da sociedade, esteve à frente de inúmeras iniciativas voltadas à formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, à formação de profissionais da justiça e da segurança pública e ao fortalecimento das lutas pela garantia de direitos de grupos historicamente vulnerabilizados, entre eles comunidades tradicionais, pescadores artesanais e comunidades quilombolas. Sua antropologia foi, nesse sentido, uma antropologia implicada, cuja prática científica é orientada pela compreensão de que o compromisso com o conhecimento exige igualmente um compromisso ético com aqueles cujas vidas tornam esse conhecimento possível. Tratava-se de uma implicação fundada no interesse pela pesquisa etnográfica, assentada nas perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia, por meio das quais a etnografia se torna simultaneamente em um instrumento de produção de conhecimento, de formação de recursos humanos e em um dispositivo de intervenção qualificada na esfera e espaço público. Um conhecimento que, sem abrir mão de sua autonomia, projeta-se necessariamente para além da universidade.

Esteve diretamente envolvido, por exemplo, nos processos que culminaram na criação das Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo e de Itaipu, importantes instrumentos de proteção dos territórios tradicionalmente ocupados por comunidades pesqueiras e de garantia de seus direitos de uso e permanência.² Da mesma forma, participou ativamente da defesa dos direitos da comunidade quilombola da Ilha da Marambaia, oferecendo contribuição decisiva para a resistência às tentativas de expulsão promovidas pela Marinha do Brasil contra os descendentes da população escravizada que historicamente ocupa aquele território³.

de mestrado, 10 monografias de especialização, 27 monografias de graduação, 25 bolsas de Iniciação Científica e 59 orientações de outras naturezas. Um total de 259 orientações.

2 Embora menos conhecida, mas de igual relevância, foi sua atuação na formulação de um programa de pesquisa de grande envergadura, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), sobre os mecanismos reguladores da pesca artesanal e o papel dos saberes e conhecimentos naturalísticos na eficaz gestão dos recursos naturais renováveis marinhos. No referido programa de pesquisa (intitulado Mecanismos Reguladores da produção pesqueira na região de Itaipú: subsídios para a gestão de uma reserva natural extrativista/MCTI/PADCT/CIAMB, reuniu antropólogos, biólogos marinhos, oceanógrafos, sociólogos, gestores públicos e, claro, pescadores na elaboração e execução do projeto, bem como na conformação de tecnologias sociais na área socioambiental.

3 Sua contribuição foi decisiva em diversos planos: como ex-estudante do Colégio Naval, buscou realizar inúmeras conversações com seus ex-colegas de turma, muitos deles já ocupando posições hierárquicas superiores na Marinha (almirantes, capitães de mar e guerra), em prol das famílias de pescadores e quilombolas da Ilha da Marambaia. Entretanto, seus colegas foram unânimes em lhes dizer que se “tratava de um conflito inconciliável” (nos idos de 1999), tendo anos depois mudado tal perspectiva institucional do Estado brasileiro/Marinha de Guerra; orientou trabalhos de graduação e mestrado (como é possível verificar em seu Lattes) que forneceram importantes subsídios para a confecção de materiais técnicos, como relatórios encaminhados pela comunidade quilombola da Ilha da

Aliás, foi esse campo inicial de pesquisa e a relação próxima e duradoura com pescadores da praia de Itaipu que, como ele contava, despertaram sua curiosidade pelos meandros das práticas policiais e judiciais. Formado em Direito pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul em 1968, em diversas oportunidades Kant auxiliou os pescadores em conflitos com a polícia e outros entraves judiciais. A partir dessas experiências iniciais, desbravou um árduo caminho para tornar a polícia um objeto de reflexão antropológica, não isento de obstáculos, desprezos e disputas.

Nesses caminhos, por pensar crítica e reflexivamente as instituições e a cultura jurídica, consolidou uma Antropologia *do/no/com* Direito preocupada com a construção de uma interlocução direta e continuada com os profissionais desse campo. Por isso, seus esforços nessa área não foram apenas destinados à produção de conhecimento *sobre* o direito. Ao dialogar com seus operadores por meio de processos de formação, socialização, intervenção e reflexividade, seu trabalho ensejou a produção antropológica do saber *com o/e no* direito. Como ele escreve:

Finalmente, a partir de meados de 1990, por várias circunstâncias, pude me aproximar, como professor, orientador e coordenador em pós-graduações *stricto sensu* e *lato sensu*, de profissionais que trabalhavam na área de justiça criminal e segurança pública. Experiência riquíssima, que permitiu que eu pudesse colocar à prova minhas observações do sistema de justiça criminal e segurança pública no Brasil, prescrevendo a leitura e discutindo meus textos com esses profissionais, estimulando-os a refletirem sobre suas práticas e a produzirem academicamente sobre o tema (Miranda e Lima, 2008; Pires e Eilbaum, 2009; Mota e Miranda, 2010) (Kant de Lima, 2010, p. 27).

A partir dessas experiências e da promoção do diálogo da Antropologia com o Direito e vice-versa, Kant, junto com uma grande parceira nessa empreitada, a professora e socióloga Maria Stella Amorim, formou profissionais do direito na prática da pesquisa empírica, quanto institucionalizou processos de formação de profissionais da Segurança Pública e da Justiça a partir da socialização dos mesmos nas Ciências Sociais e Humanas e no *ethos* acadêmico. Assim, para além da universidade, imprimiu a perspectiva etnográfica à formação dos estudantes do campo do Direito, apresentando algo inédito e inovador diante de uma formação predominantemente dogmática e positivista como a do Direito brasileiro, como problematizado em alguns dos textos apresentados neste número.

Em todos esses casos, a pesquisa antropológica tornar-se-ia instrumento de produção

Marambaia a agências do Estado, como a Fundação Cultural Palmares. Esses trabalhos e materiais produzidos no âmbito do NUFEP e PPGACP/UFF (hoje PPGA) serviram também de base para a elaboração do próprio Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, formalmente realizado por uma ONG. Além disso, mobilizou suas relações pessoais, como ocorreu com o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, a quem apresentou elementos antropológicos e historiográficos que atestavam a longevidade e a permanência das famílias quilombolas na Ilha da Marambaia de forma a construir pontes de diálogo entre o Estado/Marinha de Guerra e as famílias civis da Ilha da Marambaia.

de conhecimento e, simultaneamente, um recurso efetivo de afirmação do compromisso da universidade com os princípios da democracia, igualdade e cidadania. A simples enumeração dessas realizações, contudo, permanece insuficiente para traduzir a dimensão de sua contribuição e diante de suas diversas obras institucionais e acadêmicas.

FORMAÇÃO, AFETOS E AMIZADE

As instituições que ajudou a construir são apenas uma parte de seu legado. A outra, talvez menos visível para quem conheceu apenas sua obra escrita, manifesta-se na extraordinária capacidade de formar pessoas, justamente porque entendia que essa separação entre pessoas e instituições não era possível. Kant cultivava um modo muito particular de orientar, ensinar e acompanhar seus estudantes. Combinava rigor intelectual com generosidade, exigência acadêmica com disponibilidade permanente para escutar, aconselhar e também ofertar, quando considerava pertinente, seus famosos “esporros”. Sua forma de demonstrar afeto nem sempre era delicada, pois frequentemente vinha acompanhada da voz firme, da crítica contundente, mas certamente com algum insight que iluminava o horizonte da etnografia. Diante disso, seguia em outras ocasiões o gesto concreto de cuidado. Sob uma aparência frequentemente austera, havia alguém profundamente comprometido e carinhoso com aqueles que, generosamente, considerava seus.

São incontáveis as histórias de estudantes, colegas e amigos que receberam dele apoio financeiro em momentos difíceis, auxílio e atenção para enfrentar problemas familiares ou de saúde, incentivo quando pensavam em abandonar a carreira acadêmica ou simplesmente a companhia generosa nas longas conversas que se prolongavam na sala do NUFEP e do InEAC e, sobretudo, nas mesas de bar, como também tratam artigos deste número. Essas atitudes jamais foram transformadas em capital simbólico ou em instrumento de autopromoção. Eram práticas discretas, quase silenciosas, orientadas por uma ética da dádiva, na qual o gesto de oferecer era voluntário, não pressupunha expectativa de retribuição. Eram permeadas pela preocupação em garantir condições dignas de desenvolvimento acadêmico e profissional. Talvez por isso muitos que conheceram apenas seu perfil como intelectual, professor e pesquisador não tenham percebido a extensão de sua personalidade para outras dimensões: sisudo, porém interessado, carinhoso e atento ao outro.

Sua partida para o outro plano produziu entre nós algo mais profundo do que o desaparecimento físico de um grande pesquisador. Representou a perda de um interlocutor cotidiano, de uma referência intelectual e humana, de alguém cuja presença ajudava a organizar, diante de sua aguçada percepção e visão dos horizontes, de maneira imperceptível ou explícita, parte importante de nossa vida acadêmica e, igualmente, para os próximos da vida pessoal. Em

um universo frequentemente marcado por disputas, hierarquias, vaidades e ressentimentos, Kant conseguiu construir relações duradouras fundadas na confiança, no afeto, no respeito mútuo e, também, no conflito, com capacidade ímpar de reunir, em prol do bom desenvolvimento dos projetos por ele coordenados, personalidades heterogêneas, diversas e por vezes até conflitantes. Ao longo de décadas de convivência compartilhamos pesquisas, projetos, desacordos e inúmeras divergências. Nada disso diminuiu a estima recíproca, o carinho compartilhado e sobretudo as ideias e os ideais que comungávamos. Para nós, um dos aspectos mais raros de seu legado talvez seja a demonstração de que o rigor intelectual não precisa excluir a amizade, bem como a excelência acadêmica pode caminhar lado a lado com a generosidade; e a seriedade e o respeito acadêmico com um jeito divertido, acessível e despojado de interagir. Kant dispunha de um senso de humor raro. Também aprendemos junto com ele que conflito ou divergência não implicam necessariamente na inimizade ou na incapacidade dialógica, mas na necessidade de convergir esforços para produzir transformações necessárias que compartilhamos.

O ETNÓGRAFO E SUA OBRA

Se a dimensão institucional e pública de sua trajetória impressiona, sua contribuição propriamente intelectual talvez seja ainda mais contundente. Como evidenciam, sob diferentes perspectivas, os artigos reunidos neste número especial, Roberto Kant de Lima ocupa um lugar singular nas Ciências Sociais brasileiras. Sua obra ultrapassa em muito as interpretações originais que produziu sobre os processos de administração institucional de conflitos, a justiça, a segurança pública, polícia, pescadores, a cidadania e os direitos. Acreditamos que seu legado mais frutífero resida na elaboração de um modo particular de fazer antropologia, cuja fecundidade extrapola amplamente os universos empíricos que investigou e vai para além de sua contribuição para o domínio da Antropologia Jurídica, Antropologia do Direito, Antropologia Política, dentre outras especialidades. Sua obra contribui significativamente para a teoria antropológica!!!

Do nosso ponto de vista, a originalidade de sua contribuição encontra-se na formulação de uma postura antropológica fundada em um permanente exercício de vários descentramentos. Sua proposta antropológica permite, por exemplo, deslocarmos, simultaneamente, as categorias analíticas consagradas pela teoria social e as categorias mobilizadas pelos próprios atores em suas práticas cotidianas, recusando a ambas quaisquer pretensões normativas, de naturalidade ou universalidade, e chocando-as frequentemente. Nem a teoria oferece um vocabulário definitivo para compreender o mundo social, nem as categorias nativas são imediatamente autoexplicativas. Elas são objetos de investigação e reflexão, permanentemente submetidas ao trabalho crítico da observação, da compreensão e da comparação pelo contraste. Tais dimensões

encontram lugar em uma de suas instigantes obras, *Antropologia da Academia: quando os índios somos nós* (1997), para mencionar um de seus textos/livros.

Por isso que o estranhamento produzido pelo encontro etnográfico com o outro, o deslocamento operado pela comparação com outro sistema simbólico, linguístico, cultural etc. forjado pelo contato presencial/corporal prolongado com o outro, com seus sistemas classificatórios, suas sensibilidades jurídicas/morais, suas práticas e categorias de mundo, reorganiza os instrumentos analíticos e o pensamento antropológico. Trata-se de criar as condições para “parirmos estrelas bailarinas” (Kant de Lima, 1997, p. 56), fazer do descentramento um procedimento metodológico que conceda a possibilidade de ampliação dos horizontes da compreensão antropológica.

Essa postura epistemológica encontra seu primeiro fundamento na etnografia. Para Roberto Kant de Lima, a etnografia constitui a própria ossatura do empreendimento antropológico. Trata-se, para ele, de um dispositivo privilegiado por meio do qual se tornam explícitas as práticas e categorias que organizam a experiência social. É no trabalho etnográfico que o pesquisador é continuamente confrontado com os limites de suas próprias categorias analíticas.

Essa perspectiva atravessa toda a sua produção intelectual. Seja nas pesquisas realizadas junto às comunidades pesqueiras de Itaipu (Kant de Lima; Pereira, 1997), seja nas etnografias dedicadas às instituições policiais e judiciais no Brasil e nos Estados Unidos (Kant de Lima, 1995, 1989, 1999, 2010, 2011), o uso e manejo do método etnográfico implica o exercício permanente de desnaturalização, “desnormatização”, do deslocamento e estranhamento múltiplo (das categorias nativas e das categorias analíticas). Desse modo, para Kant, as categorias aparentemente autoevidentes só se tornam efetivamente inteligíveis por meio da realização do exercício empreendido pela etnografia. A noção de espaço público, por exemplo, é expressiva desse procedimento analítico. Em sua obra, tal categoria, em vez de ser mobilizada como normativamente sedimentada e orientada pelas perspectivas teóricas standardizadas, é concebida como uma noção etnograficamente contextualizada e forjada por conceitos nativos diversos, multidimensionais e situacionais.

Consequentemente, insistia que a questão do espaço público - seja ele o espaço democrático do convívio entre iguais ou o espaço hierárquico; seja o espaço físico de propriedade do Estado destinado ao uso coletivo - precisa ser analisada não apenas em relação à sua natureza - se “pública” ou “privada” -, mas, sobretudo, em relação às formas de sua apropriação (universalizada, particularizada) e às categorias mobilizadas pelos agentes (Kant de Lima, 1997). Desse modo, o contraste entre os universos etnografados evidencia que aquilo que designamos por uma mesma expressão recobre experiências sociais profundamente distintas. Para melhor situar o que buscamos problematizar sobre as contribuições dele, citamos um

trecho de sua obra *Pescadores de Itaipu*:

Quanto ao espaço, a primeira constatação é que a superfície da praia não é a mesma para o banhista (que eu era) e o pescador. Para este, a praia está dividida em portos e pontos de pesca, que delimitam sua atividade e são parte de um complexo sistema de regras jurídicas que ordena a captura das espécies. A praia é vista como parte de um sistema, em que o mar e a terra são oposições fundamentais, encontrando seus limites na praia. As próprias distâncias assumem significações relativas, assim como os meios de transporte (Kant de Lima; Pereira, 1997, p. 35).

Nesses termos, “as classificações do espaço tornam-se, dessa maneira, veículo de compreensão da identidade dos grupos, e o lugar de sua ocupação transforma-se no símbolo de seu poder político, que se exprime no domínio que sobre ele é exercido” (p. 130). Pois “isso ocorre tanto em sociedades ditas primitivas como em áreas urbanas ‘ultracivilizadas’, cujo zoneamento inscreve sua estratificação e organização social” (p. 131). Consequentemente:

A praia, ao mesmo tempo terra e mar, de maneira ampla legalmente de domínio público diante da ordenação jurídica da sociedade, [...] constitui-se no elo de apropriação dos recursos ‘naturais’ pela terra. Situada na fronteira dessas duas representações, sua liminaridade permite sucessivas ou concomitantes apropriações [...]. Nessa liminaridade talvez esteja a característica definitiva da pescaria e dos pescadores (Kant de Lima; Pereira, 1997, p. 131).

Portanto, “o caráter público da praia e do mar requer a existência de sistemas de direitos temporários que regulem sua apropriação, efetuada em caráter privado pelos grupos de pesca, e que encontra sua legitimidade no próprio consenso do grupo [...]” (Kant de Lima; Pereira, 1997, p. 133).

Inquietações antropológicas a respeito das polissêmicas formas assumidas pela categoria espaço público ganham lugar, igualmente, em suas formulações analíticas antropológicas, forjadas por meio de suas pesquisas etnográficas com policiais e agentes do sistema de justiça (juízes, advogados, promotores, defensores públicos, entre outros). Nessas indagações, Kant se valeu de uma perspectiva que acompanhou não só parte importante da sua formação, mas também a de muitos dos seus orientandos, nós dois entre eles, que é a perspectiva da comparação por contraste, conforme desenvolvemos mais adiante. Especificamente em referência às concepções sobre o espaço público propõe uma comparação extremamente produtiva entre as categorias de *public space*, *space publique* e espaço público. Segundo esse contraste, o *public space* - em inglês- seria representado como um espaço povoado por uma coletividade de *indivíduos* orientados por regras locais, definido e negociado pelo público de indivíduos que dele faz parte, sendo esses representados como iguais em suas diferenças e singularidades; formas simbólicas próprias do individualismo igualitário liberal.

[Já no Brasil], o domínio do *público* — a *res publica*, a “coisa pública” — contraditoriamente ao domínio da sociedade, não é representado como o locus da regra local e explícita, de aplicação universal, a todos acessível e, portanto, a todos aplicável por igual, que é a condição indispensável e necessária para a interação social entre indivíduos diferentes mas iguais, de acordo com a representação anglo-americana da sociedade que, explicitamente, é veiculada naquele sistema. Ao contrário, o domínio do público — seja moral, intelectual ou até mesmo o espaço físico — é o lugar controlado pelo Estado, de acordo com “suas” regras, de difícil acesso e, portanto, onde tudo é possivelmente permitido, até que seja proibido ou reprimido pela “autoridade”, que detém não só o conhecimento do conteúdo mas, principalmente, a competência para a interpretação correta da aplicação particularizada das prescrições gerais, sempre realizada através de formas implícitas e de acesso privilegiado. (Kant de Lima, 1999, p. 24).

Em contrapartida, valendo-se da comparação pelo contraste e da formulação de tipos ideais weberianos, Kant chamava a atenção para o fato de que o espaço público brasileiro se encontra submetido a regras gerais e universais, o que, em certa medida, o aproxima do *espace public* francês. Nesse último, busca-se igualmente preservar uma concepção geral e universal da igualdade entre os *citoyens*, rejeitando-se a atribuição de direitos fundada no reconhecimento de singularidades identitárias. A comparação, contudo, fazia emergir também um contraste fundamental entre os dois modelos. No espaço público brasileiro, a afirmação de regras gerais e universais convive com o reconhecimento explícito da desigualdade entre os cidadãos, expresso, por exemplo, no ritual do “Você sabe com quem está falando?” e “no reconhecimento jurídico de direitos diferentes explicitamente atribuídos a *pessoas* supostamente desiguais” (Kant de Lima, 1999, p. 25) e atualmente com a conformação de direitos destinados à grupos diferenciados pertencentes a identidades diferentes⁴.

A partir do contraste, em diálogo com seu colega e parceiro, o antropólogo Luís Roberto Cardoso de Oliveira, apontou para o espaço e a esfera públicos como lugares privilegiados para pensar sobre modos distintos de controle social e aplicação da lei. Assim, para Kant, no Brasil, esses espaços estão sujeitos à apropriação particularizada e a aplicação das regras à interpretação também particularizada da autoridade da vez. Diferente do espaço da praia regulado pelo consenso do grupo, a mediação do Estado impede o consenso e sujeita o “público” a uma lógica

4 Importante notar que, embora o espaço público e a esfera pública brasileiros tenham sofrido alterações significativas a partir da nova Constituição de 1988 e da remodelação do projeto nacional, que se aproximou de um modelo liberal-multicultural, como problematizam inúmeros trabalhos desenvolvidos no âmbito do NUFEP/INCT-InEAC/PPGA-UFF, os aspectos levantados por Kant permanecem relevantes para a compreensão de questões contemporâneas. Permitem compreender, por exemplo, as tensões engendradas entre a ideia de direitos universais e a de direitos diferenciados, bem como as dificuldades de parte da sociedade brasileira em reconhecer a necessidade e a importância de conferir direitos a grupos historicamente excluídos, como forma de compensação de desigualdades longevas. A abordagem dele auxilia a melhor situar as tensões e dissonâncias comunicativas no Brasil quando se operam diversas gramáticas políticas e jurídicas: da igualdade universal; da igualdade da diferença; da desigualdade; etc.

singular, analisada por Kant com sagacidade para o campo do direito: a lógica do contraditório, isto é, a produção de dissenso infinito até uma autoridade externa decretar fim e definir um resultado/verdade (Kant de Lima, 2010, 1996).

Fica evidente que, como uma espiral que vai, volta e se desenrola, as análises propostas por Kant permitem navegar em diferentes cenários para pensar comparativamente lógicas de argumentação, intervenção e produção de conhecimento que transcendem as bases empíricas que subsidiam suas formulações analíticas. Desse ponto de vista, Kant talvez tenha efetivamente levado às últimas consequências o postulado de Clifford Geertz (1989), segundo o qual a Antropologia não estuda *as* aldeias, mas estuda *em* aldeias; ou seja, a essência do método etnográfico reside na tomada de consciência antropológica sobre o *locus* de onde se realiza a etnografia não ser o objeto por excelência da pesquisa.

Sendo assim, a etnografia assume, em sua obra, uma posição privilegiada. Ela é simultaneamente um recurso que descreve e um recurso que transforma os próprios instrumentos por meio dos quais pensamos e praticamos a Antropologia. Ao deslocar continuamente o pesquisador entre as categorias dos atores sociais, suas próprias categorias analíticas e os conceitos da teoria social, o trabalho etnográfico impede a reificação de noções tomadas como universais, restituindo o caráter contextual das próprias teorias e da relação entre os sistemas de ensino, produção do conhecimento e de pensamento (Bourdieu, 1987). A etnografia torna-se, assim, em uma prática permanente de descentramento, por meio da qual o pensamento antropológico renova criticamente seu próprio arsenal analítico e teórico. Ela confere a substância importante para produzir o descentramento, ao passo em que a comparação radicaliza e serve como catalisador para tal procedimento, permitindo que o processamento dos dois atos reoriente as categorias do próprio antropólogo (as suas categorias nativas e analíticas).

A COMPARAÇÃO POR CONTRASTE

A comparação para Kant é entendida não como simples operação de alinhamento e observação entre sociedades ou culturas, mas como um exercício metodológico de desembotamento do olhar sobre o mundo. Particularmente, sua influência recai nas contribuições de Louis Dumont (1983) a Clifford Geertz (1989) para os quais a comparação não equivale ao trabalho de busca de equivalências ou regularidades universais. Ao contrário, ela opera pelo contraste. Como ele mesmo frisa em um de seus textos:

As vicissitudes e avanços do método comparativo acabaram por permitir que a Antropologia assumisse integralmente seu papel: utilizando-se do conhecimento das diferenças entre as sociedades humanas, “estranhar” sua própria sociedade, descobrindo nela aspectos inusitados e ocultos por uma familiaridade embotadora

da imaginação sociológica. Ao compreender que o discurso comparativo é um discurso fundamental valorativo, enunciado por um sujeito preso a um sistema de valores (o sujeito antropólogo) sobre um sujeito também enredado de um sistema de valores (o sujeito “objeto” de estudo), a Antropologia pode afirmar sua natureza crucialmente interpretativa, separando-se em definitivo das Ciências Naturais, preocupadas em descobrir leis que expliquem regularidades observadas (Geertz, 1978). No caminho da constituição histórica da disciplina antropológica, o domínio do “natural” fica restrito apenas aos fenômenos biológicos comuns aos indivíduos da espécie humana. É apenas a base comum que nos permite a ousadia de tentar entender tão fortes distinções e afirmá-las compreensíveis e comparáveis. Os fenômenos de que se ocupam as Ciências Sociais são de outra ordem, aqueles que significam e, portanto, aqueles que dizem respeito à vida humana em sociedade, fundada na heterogeneidade e na diferença. Assim, é possível apreender que a “Economia” nada tem a ver com o estômago, a “Religião” nada a ver com o espírito, a “Política” nada a ver com o Estado, o “Parentesco” nada a ver com instintos naturais, relações “de sangue” ou sexuais, o “Direito” nada a ver com Códigos ou Tribunais. A armadilha, no entanto, está posta: como pensar outras sociedades em termos comparativos senão em termos dessa compartimentalização inventada por nós para pensar nossa vida social dividida nesses domínios definidos? Fica clara a impossibilidade de resolver o dilema da Antropologia em sua concepção tradicional: não se pode comparar as outras sociedades nos termos de nossas categorias, mas pode-se melhor entender nossas categorias e nossa sociedade ao perceber como elas são exclusivas e “arbitrárias”, em vez de “gerais” e “naturais”. Cumpre-se a vocação primeira da Antropologia, oculta por tanto tempo em seus desígnios explicitados de conhecimento do “Outro”: enquanto a Psicanálise procura o conhecimento do “Eu” para entender o “Outro”, a Antropologia busca o conhecimento do “Outro” para entender a si mesma (Kant de Lima, 2008, p. 97-98).

Nesse sentido, comparar significa suspender aquilo que nos parece evidente ou é dotado de uma propriedade normativa intrínseca, como mencionado mais acima quando tratamos da categoria de espaço público. Afinal, como já assinalavam Durkheim e Mauss (1990), os seres humanos são incessantemente produtores de classificações. Organizamos o mundo comparando, distinguindo, hierarquizando e ordenando pessoas, práticas, objetos, emoções, valores morais etc. A comparação antropológica, contudo, inverte esse movimento espontâneo. No lugar de reafirmar classificações, a comparação permite transformá-las em objetos de análise e investigação etnográfica sistemática. O antropólogo interroga as categorias dos outros, suas próprias categorias e as categorias analíticas que porta para analisar os fenômenos do mundo social.

Essa concepção kantiana da comparação aproxima-se, por exemplo, da formulação clássica de Louis Dumont (1983), a quem Kant leu com muito interesse, e para quem toda etnografia contém uma comparação fundamental entre o aparelho conceitual do observador e as categorias de mundo. Por isso o método da comparação não pode ser confundido com as “caricaturas de culturas”, que reduzem formas diversas e múltiplas da vida social. Como preconiza Dumont (1983, p. 15):

O aparelho conceitual que temos à nossa disposição está muito longe de satisfazer as exigências de uma verdadeira antropologia social. O progresso consiste em substituir gradualmente, se necessário um por um, os nossos conceitos por conceitos mais adequados, ou seja, aqueles que são mais livres das suas origens modernas e mais capazes de abraçar dados que começamos a desfigurar. O mais valioso da antropologia são as descrições e análises de uma dada sociedade, as monografias. Entre estas monografias, a comparação é, na maior parte das vezes, muito difícil. Felizmente, cada uma delas já contém uma comparação até certo ponto - uma comparação de uma ordem fundamental entre ‘eles’ e ‘nós’ que falamos deles - e modifica o nosso quadro conceitual numa medida variável. Esta comparação é radical, porque envolve as próprias concepções do observador, e, na minha opinião, comanda todo o resto. Deste ponto de vista, a nossa forma de nos concebermos não é obviamente indiferente.

Para Roberto Kant de Lima, comparar não significava construir tipologias normativas rígidas, nem muito menos produzir caricaturas culturais. Tampouco consistia em opor um “nós” e um “eles” como entidades acabadas. Comparar consiste em produzir deslocamentos e descentramentos categoriais e interpretativos. A comparação torna-se, assim, em um método de desnaturalização permanente, mediante o qual tanto o pensamento do outro quanto o pensamento do pesquisador são continuamente colocados à prova. Ela possui o caráter heurístico de desembotar o olhar destinado aos complexos fenômenos sociais que visamos compreender e conceder nitidez aos seus significados. Como frisa:

A tradição antropológica prima, como se viu, por incorporar aspectos de seu objeto de estudo a suas reflexões teóricas. Tal tarefa se realiza no plano prático pela utilização do método etnográfico, cujo ponto central é a descrição e interpretação dos fenômenos observados com a indispensável explicitação tanto das categorias “nativas” como aquelas do saber antropológico utilizado pelo pesquisador. Tal método pode exercer-se não só sobre os fenômenos sociais de que participa diretamente o observador como também quaisquer produtos culturais de uma dada sociedade, o que inclui tanto discursos orais como escritos (Kant de Lima, 2008, p. 12).

É precisamente esse movimento comparativo que atravessa toda a produção de Roberto Kant de Lima. E, mais uma vez, destacamos aqui que esse movimento não nasce apenas do diálogo criativo com a “tradição antropológica”, mas também de se submeter ele mesmo à experiência de deslocamento, em especial durante sua formação no doutorado desenvolvido e concluído em 1986 na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. Essa experiência, além da tese de doutorado, resultou em um dos livros fundamentais da antropologia brasileira, sobre a comparação das formas de socialização acadêmica no Brasil e nos Estados Unidos (Kant de Lima, 1997). A partir da experiência intensa e dolorosamente vivida por Kant, o livro constrói magistralmente um diálogo comparativo e contrastivo para se pensar “quando os índios somos nós”, nossas formas de estudos, de escrita e de condução e socialização acadêmica. Um dedo na ferida de cânones e autoridades consagradas.

Para continuar pensando a comparação nos termos em que sua obra pode nos ofertar,

podemos recorrer a uma imagem da fotografia. Comparar assemelha-se ao trabalho do fotógrafo que escolhe um enquadramento, uma distância focal e uma determinada incidência de luz. A fotografia jamais reproduz a totalidade do que se observa, do “real”; ela torna visível uma configuração específica de relações a partir da seleção de elementos que o fotógrafo orienta na imagem. Assim como a fotografia, a comparação antropológica não pretende espelhar exaustivamente os fenômenos e “imagens” que investiga, mas construir perspectivas de observação e análise que permitam tornar evidentes aspectos que, destituídos de uma observação etnográfica consistente, permaneceriam implícitos. Ao apresentar o enquadramento, expõe-se um ângulo interpretativo possível e não um universo de imagens e fenômenos completos, estáticos e estabilizados

De um certo ponto de vista, a comparação opera, na obra de Roberto Kant de Lima, como uma construção heurística próxima do tipo ideal weberiano. Seu propósito não é fixar modelos acabados ou produzir tipologias reificadas; pelo contrário, sua proposta consiste em tornar explícitos determinados princípios organizadores das práticas e categorias sociais. Os contrastes produzidos pela comparação conferem relevo a características que, em um contexto, podem aparecer apenas de maneira difusa, enquanto, em outro, se manifestam com maior nitidez. A força do método reside justamente nessa capacidade de fazer emergir, pelo contraste, aquilo que a observação isolada dificilmente permitiria explicitar. Por isso, a comparação aqui é mais do que um método, é ela mesma o meio de produção de conhecimento. Desse modo, ela visa constituir um quadro interpretativo que, assim como na fotografia, produz enquadramentos, realces de “cores” e ângulos que colaborem para comunicar ao público a perspectiva etnográfica e antropológica que a observação situada pretende explicitar.

Não por acaso, encontramos em sua obra a elaboração de modelos analíticos e “tipos ideais” construídos a partir do trabalho de decupagem do material etnográfico, articulado ao exercício comparativo pelo contraste, possibilitado pelo descentramento próprio da perspectiva antropológica que ele propunha. A modelização dos enquadramentos interpretativos a respeito das configurações sociais servia para melhor compreender e explicitar as nuances das diferentes sociedades. Para prosseguirmos com a metáfora da fotografia: o antropólogo, como fotógrafo, escolhe o enquadramento; a etnografia, como fotografia, registra uma perspectiva; a decupagem organiza e interpreta o material; a comparação desloca o olhar e produz o contraste; e a modelização faz emergir, a partir dos fragmentos da experiência etnográfica, princípios organizadores que conferem maior explicitude e inteligibilidade às instituições, aos seus atores, às suas práticas e às formas de seus mundos.

Partimos, por exemplo, de formulações como as noções de hierarquias includentes e excludentes, desenvolvidas para apreender distintas concepções de igualdade, hierarquia, conflito e verdade que estruturam diferentes espaços públicos. Citemos:

Em uma dessas concepções de ordem — a das hierarquias excludentes —, a ideia de conflito aparece, em primeiro lugar, como desarrumação da ordem, como um princípio de desordem, que põe em risco a totalidade da estrutura social. Esta é concebida aqui como um sólido edifício de arcabouço previamente dado, com um rol de componentes diferentes e desiguais, mas fixos e complementares. A diferença é associada à ideia de posições existentes na estrutura social, que são ‘natural’ e inevitavelmente desiguais: essa estrutura, para ser mantida, depende da manutenção de tal desigualdade, da mesma relação entre os elementos diferentes e desiguais. A resolução de conflitos não é a solução das desigualdades que incomodam, mas a sua manutenção, seu ordenamento. A ideia de igualdade é associada à semelhança dos pares; a de diferença, à desigualdade substantiva entre as pessoas. A fórmula para administrar o conflito é a conciliação ou a punição das partes envolvidas (Kant de Lima, 2000, p. 117).

A caracterização do modelo de hierarquia excludente contrasta com a da hierarquia includente proposta por ele, segundo o qual:

Em uma outra — a das hierarquias includentes —, o significado do conflito, ao contrário, é o pressuposto necessário da ordem social. A sociedade se imagina como constituída de elementos substancialmente diferentes, mas formalmente iguais e, portanto, opostos, móveis e intercambiáveis em inúmeras combinações possíveis: os chamados “indivíduos” (individuais). Dessa forma, os conflitos de interesses são absolutamente inevitáveis, quase naturais. A resolução dos conflitos é a construção de uma nova ordem que elimina as desigualdades, mantendo as diferenças. A diferença aqui é associada à ideia de igualdade formal, ao direito de ser diferente (Kant de Lima, 2000, p. 117).

A formulação desses modelos foi sistematicamente explicitada por Kant a partir das imagens da pirâmide e do paralelepípedo para representar possíveis e impossíveis trajetórias sociais. Tais modelos e imagens tomam como inspiração as etnografias na sociedade brasileira e norte-americana, mas não se reduzem nem esgotam nelas; justamente têm riqueza em criar, se sobrepor entre si e se transfigurar em outras imagens que nos permitiriam elucidar as complexidades e variedades de cada vida social. Nessa lógica, Kant também se inspirava na perspectiva de Geertz (1989) ao relacionar “*modelos de*” (descritivos) e “*modelos para*” (prescritivos) a sociedade, mobilizando-os criativamente para comparar as “sensibilidades jurídicas” e seus efeitos nas concepções de igualdade, justiça e conflito (Kant de Lima, 2010).

INTERNACIONALIZAR OS PESQUISADORES

As orientações de Kant foram, nesse sentido, particularmente fecundas para nossas trajetórias profissionais, intelectuais e etnográficas. Uma argentina que, em 2004, se desloca para o Brasil, para inicialmente cursar o mestrado em Antropologia com orientação do Roberto Kant de Lima, realiza uma profunda imersão no universo acadêmico e social brasileiro e, constantemente, retorna seu olhar para o mundo que lhe era familiar, a Argentina, empreendendo

um exercício multicomparativo sobre as diferentes realidades sociais e sobre o tratamento das categorias analíticas presentes na Antropologia brasileira e argentina; e um brasileiro que se dirige à sociedade francesa para não apenas realizar uma intensa imersão em seu universo acadêmico, mas também mergulhar profundamente no processo analítico e compreensivo das categorias e práticas que conforma os mundos presentes na sociedade francesa. Profundos descentramentos antropológicos, favorecidos pelo horizonte aberto pela antropologia de Roberto Kant de Lima⁵.

Para Lucía Eilbaum, o trabalho de orientação, em nível de graduação, no Departamento de Antropologia (GAP) e, de pós-graduação, nos Programas de Pós-graduação em Antropologia e em Justiça e Segurança (PPGJS), e da coordenação do Grupo de Etnografias em Antropologia do Direito e das Moralidades (GEPADIM), vinculado ao INCT-InEAC, fundamenta-se no aprendizado vivido no NUFEP e na experiência de mais de dez anos de orientação e supervisão por parte do Kant, a partir de uma metodologia coletiva e incentivadora dos interesses de pesquisa levantados pelos pesquisadores e pesquisadoras e do estímulo para realizarem e se submeterem a deslocamentos emocionais e sociais nas suas trajetórias. Esse ímpeto tem rendido, no GEPADIM, publicações das pesquisas realizadas, prêmios, e bolsas sanduíche no exterior apoiadas institucionalmente, como forma de abrir horizontes e promover reflexões etnográficas originais.

A partir dessa forma de trabalho, temos desenvolvido a articulação das duas áreas que dão nome ao nosso grupo: Antropologia do Direito e das Moralidades. Esse diálogo, privilegiando a perspectiva etnográfica, tem contribuído para a compreensão dos processos de configuração do Estado, das formas e lógicas de atuação das burocracias que o integram e das demandas por direitos e reconhecimento diante de violações, em especial aquelas cuja responsabilização se dirige ao Estado e/ou seus agentes (Eilbaum, 2023, p. 217).

Essa preocupação por contextos de violação de direitos e os movimentos consequentes de reivindicação por justiça e/ou reparação se originam fortemente na experiência comparada entre as experiências de vida e pesquisa na Argentina e no Brasil. A comparação neste caso, como mencionado acima, tem promovido um duplo estranhamento sobre as noções de violência e direitos, com especial atenção às categorias de “violência de estado” e “direitos humanos”. Os contrastes vividos e evidenciados em duplas imersões acadêmicas e sociais foram ferramentas

5 Em diálogo com a perspectiva apontada no início do texto sobre a forma - generosa e atenta - de trabalho do Kant para com os pesquisadores vinculados institucionalmente de alguma forma com ele, é importante mencionar que, em ambos os casos, esses exercícios comparativos foram possibilitados por movimentos institucionais coordenados por Kant de Lima. No caso de Lucía Eilbaum, desde sua chegada na UFF houve uma preocupação por sua inserção com bolsas, projetos, diárias de pesquisa e, posteriormente, dois importantes deslocamentos para a Argentina foram possibilitados pelos convênios aprovados no Edital CAPG-BA (CAPES-SPU) (2006-2010) e no Edital CAPES-Secyt (2006-2008). No caso do Fabio Reis Mota, seu primeiro deslocamento para França foi realizado no âmbito do Acordo CAPES-Cofecub (1999-2004). A partir daí, sucederam-se outros também apoiados institucionalmente.

epistemológicas para a compreensão de fenômenos semelhantes (violações de direitos), mas histórica e socialmente muito distintos.

Para Fabio Reis Mota (Mota, 2014), o programa de pesquisa que vem coletivamente fomentando no PPGA, NUFEP e INCT-InEAC inspira-se na consistente tradição antropológica inaugurada por Roberto Kant de Lima, tanto no lugar conferido ao olhar etnográfico quanto na perspectiva comparativa pelo contraste que orienta sua produção intelectual.

Refletindo sobre as formas e gramáticas do reconhecimento, as modalidades de conflito presentes em distintos espaços públicos e seus efeitos simbólicos e práticos sobre os modos pelos quais os atores emolduram e representam suas “identidades”, Mota propõe uma análise antropológica das mobilizações coletivas e individuais das chamadas “minorias étnico-raciais”. Sua análise é guiada menos pela compreensão das “fronteiras”, das dinâmicas organizacionais, ou pela qualificação e categorização antecipada dos problemas sociais e públicos enfrentados por esses grupos (como “identidade”, racismo, discriminação) — sem negá-los, desconsiderá-los ou obscurecê-los —, e mais pelo tratamento das categorias identitárias em ação, nos contextos e situações. Interessa-lhe, antes, contorcer o olhar para compreender os vocabulários mobilizados e suas incidências sobre as práticas ordinárias e institucionais de construção das “identidades”. São essas práticas que tornam possíveis a construção dos pertencimentos, a produção de significados e a própria definição do que seja, e de que modo se constitui, uma “identidade” em diferentes mundos povoados por distintas gramáticas. Ou seja, há formas diversas de produção das “identidades” que se repercutem nas normatividades (das teorias e das normas) que precisam ser entendidas em suas formas plurais.

Essa preocupação conduziu-o, assim como a outras/os pesquisadoras/es do NUFEP e do INCT-InEAC (Velasquez, 2024; Ribeiro, 2025), a interrogar as formas pelas quais as “identidades” se produzem, suas relações com as gramáticas normativas e político-morais e suas variações pragmáticas em diferentes quadros sociais, buscando, inclusive, oferecer instrumentos analíticos que viabilizem uma compreensão mais refinada de como se manifestam o racismo, a discriminação e outras formas de exclusão desses grupos dos espaços públicos da cidadania e não negá-los ou escamoteá-los.

Simultaneamente, por meio do exercício de relativização das categorias sociais e das próprias categorias analíticas e teóricas da disciplina, constituiu um olhar distanciado sobre alguns dos referenciais estandardizados da Antropologia e das Ciências Sociais do domínio das “teorias da identidade”, como se observa, por exemplo, nas ricas e instigantes formulações de Frederik Barth (2011) ou Erving Goffman (1975). Ora, o método comparativo deixa de operar exclusivamente entre contextos etnográficos distintos e passa igualmente a incidir sobre os próprios instrumentos conceituais da Antropologia. A comparação extrapola, assim, o campo empírico e deságua no domínio da teoria, instaurando um permanente movimento

de ir-e-vir entre as categorias mobilizadas pelos atores sociais e aquelas produzidas pela exegese antropológica. Comparam-se sociedades, mas também teorias; contrastam-se gramáticas sociais, mas igualmente os repertórios conceituais por meio dos quais buscamos compreendê-las (Mota; Velasquez, 2025). A comparação ganha outro contorno: um dispositivo epistemológico de descentramento permanente, capaz de relativizar, tensionar e reconfigurar os próprios instrumentos analíticos da disciplina, desestabilizar nossas próprias categorias sociais e implodir nossos conceitos provindos da teoria sociológica e antropológica.

A comparação entre Brasil e França mostrou que essas experiências somente podem ser compreendidas quando abandonamos a pretensão de tomar qualquer modelo nacional como referência universal, mas, pelo contrário, como quadros situados que podem em grande medida fornecer os descentramentos analíticos necessários para desembotar nosso olhar antropológico e nossos olhares naturalizados de nossas próprias categorias de mundo. A comparação, entretanto, nunca constituiu um fim em si mesma. Comparar por comparar, pois sua potência reside em sua dimensão epistemológica: produzir descentramentos do olhar. Comparar significa, antes de tudo, criar condições para que nossas próprias categorias analíticas (e nativas) se tornem explícitas para nós mesmos. Nesse sentido, a comparação constitui um exercício de reflexividade permanente e um recurso heurístico de peso para o trabalho do antropólogo e da antropóloga.

Portanto, em termos mais abrangentes, podemos dizer que Roberto Kant de Lima foi um entusiasta convicto da internacionalização e cultivou de igual maneira a parceria com pesquisadores do exterior que, inclusive, foram grandes amigos, para citar apenas dois, como Sofia Tiscornia, da Universidad de Buenos Aires (Argentina), e George Bisharat, da University of California (Estados Unidos), que colaboram neste número especial. Da mesma forma, outros colegas que acompanharam a trajetória do Roberto Kant e que, nesse permanente esforço de institucionalização e coletivização que Kant empreendia, vincularam-se ao INCT-InEAC como consultores internacionais. Entre eles, estão: Daniel dos Santos, da University of Ottawa (Canadá), falecido em 2023; René Lévy, do Centre de Recherches Sociologiques sur le droit et les institutions pénales e do Groupe Européen de Recherches sur les Normativités, (França); Antoine Garapon, do Institut des Hautes Études sur la Justice (França); José Resende, da Universidade Nova de Lisboa, (Portugal); José Octávio Van-Dunem, da Universidade Agostinho Neto (Angola); James Ferguson, da Stanford University (EUA) e da University of Cape Town (África do Sul), falecido em 2025; Isaac Joseph, da Universidade de Paris Nanterre (França); Daniel Cefaï e Laurent Thévenot, ambos da École des hautes études en sciences sociales (França); e Paul Amar, da University of California Santa Barbara (EUA).

De igual modo, a internacionalização promovida pela forma de conceber e desenvolver uma perspectiva comparada por contrastes enfatizou a prática de internacionalizar os/as pesquisadores/as e não apenas de sua produção. Tal perspectiva levou tanto o NUFEP quanto

posteriormente o INCT-INEAC a promover a institucionalização de dispositivos de cooperação, como convênios, acordos, bolsas e parcerias que permitissem os deslocamentos emocionais, corporais e profissionais de uma ampla rede de pesquisadores. A experiência do impacto com um universo alheio ao da(o) antropóloga(o) cumpria, nesse sentido, um papel primordial para o exercício de relativização das categorias embutidas no sistema de pensamento dos pesquisadores. Retomando uma parte de uma citação apresentada mais acima, “[...] cumpre-se a vocação primeira da Antropologia, oculta por tanto tempo em seus desígnios explicitados de conhecimento do ‘Outro’: enquanto a Psicanálise procura o conhecimento do ‘Eu’ para entender o ‘Outro’, a Antropologia busca o conhecimento do ‘Outro’ para entender a si mesma” (Kant de Lima, 2008, p. 97).

Sua *démarche* comparativa não se restringia ao domínio de suas etnografias ou aos campos empíricos que investigava. Ao contrário, sua singular capacidade de transpor a teoria, o método e o arcabouço epistemológico para a vida social, transformando-os em formas de intervenção, reflexão e elaboração de múltiplas e inovadoras tecnologias sociais, conformou aquilo que - em diálogo com seu companheiro de tantas aventuras antropológicas, Marco Antonio da Silva Mello, professor do GAP e do PPGA da UFF, pesquisador do NUFEP e do INCT-InEAC e ex-coordenador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) - denominaremos de “hospitalidade comparativa”. Forjada e enraizada em um genuíno interesse pelo outro, essa prática revelava uma generosidade pouco comum no universo acadêmico. Sempre que recebia pesquisadores estrangeiros - e fazia o mesmo com colegas brasileiros oriundos de outras regiões e instituições -, parceiros e parceiras de seus empreendimentos intelectuais, Kant tinha o hábito de conduzi-los aos lugares onde realizara suas próprias etnografias ou àqueles investigados por seus orientandos e orientandas.

Cabe frisar que tal *démarche* não se reduzia a apenas apresentar os resultados de pesquisa ou de promover uma espécie de “turismo antropológico”. Não. Na “hospitalidade comparativa” é necessário, como nos ensinou sem nominar ou sistematizar em textos, criar as condições para um exercício compartilhado de comparação, no qual diferentes horizontes representacionais se confrontam, deslocam-se mutuamente e produzem novas possibilidades de (in)compreensão e (re)interpretação, eivadas de mutualidade, convergência, bem como divergências, mal-entendidos e fecundas “confusões de horizontes” (Brama *et al.*, 2024). Desse ponto de vista, o movimento comparativo, além de um procedimento metodológico, torna-se uma experiência de hospitalidade intelectual na qual o confronto de perspectivas desconforta e inquieta o olhar antropológico!

O legado de Roberto Kant de Lima transcende sua própria obra, pois suas práticas intelectuais e acadêmicas constituem, elas mesmas, uma herança original. Por isso, em sua prática de vida, comparar significou muito mais que o gesto antropológico de colocar sociedades,

instituições ou cosmologias em perspectiva e em contraste. Comparar era, antes de tudo, levar a sério - e às últimas consequências - o olhar do outro, para que ele também deslocasse e transformasse o nosso. Significava, igualmente, criar os meios para que, em um quadro simétrico de relações, a perspectiva do outro também fosse transformada pelo entendimento proporcionado por quem o acolhia, tornando possível desfazer lugares-comuns, estereótipos e interpretações sociologicamente ingênuas, tão frequentemente mobilizadas por aqueles que chegam como estrangeiros a um novo universo social. Para Kant, portanto, a comparação constituía um procedimento metodológico, mas igualmente uma prática relacional, fundada na hospitalidade intelectual e na disposição permanente de submeter-se ao diferendo *das* diferenças. Tratava-se de um poderoso exercício de descentramento mútuo. Era desse modo que recebia pesquisadores, orientava estudantes, conduzia pesquisas e construía coletivamente o conhecimento antropológico. Por isso sua antropologia tem produzido não apenas conceitos, modelos analíticos ou interpretações originais, mas também uma comunidade intelectual capaz de fazer da diferença uma condição para pensar e da comparação um modo de descentrar-se diante dos múltiplos mundos.

Da mesma forma, fosse em torno da mesa do NUFEP, posteriormente do INCT-InEAC e do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (NEPEAC), ou, ainda, nas mesas do bar da praça da Cantareira e no restaurante Caneco Gelado do Mário, entre petiscos e pratos do mar, a perspectiva comparativa impunha-se igualmente às categorias analíticas. Como mencionamos, as categorias das Ciências Sociais eram, elas próprias, objeto de um permanente trabalho de depuração antropológica, realizado por meio de sua contextualização e qualificação nos quadros históricos, sociais e intelectuais dos quais emergem as teorias. Longe de serem concebidas como abstrações universais, elas carregam consigo as formas de mundo, as sensibilidades, perspectivas e as gramáticas sociais que atravessam os próprios cientistas sociais que as formulam.

Como visto mais acima, esse movimento Kant realizou, por exemplo, ao problematizar a clássica noção de espaço público, confrontando-a com diferentes tradições teóricas e filosóficas, entre elas, embora não exclusivamente, a de Habermas (1993). Sobretudo no diálogo com colegas provenientes do Norte Global, contrastava suas experiências e materiais etnográficos produzidos no Brasil para evidenciar a necessidade de deslocar, relativizar e recalibrar os artefatos analíticos concebidos em outros contextos históricos, sociais e institucionais. Tal postura estava longe de significar “jogar a água, o bebê e as teorias pela janela”. Tratava-se de conformar uma consciência epistemológica particularmente aguda acerca dos limites dos instrumentos analíticos diante de suas frequentes pretensões de universalidade, recolocando-os em diálogo com os mundos sociais a partir dos quais, e para os quais, efetivamente produzem inteligibilidade.

Sendo assim, Kant não rejeitava a teoria produzida no Norte Global, mas, pelo contrário, ele a etnografava (Kant de Lima, 2011). Ou seja, submetia, e nos ensinou a fazê-lo, também as teorias ao mesmo trabalho de contextualização, contraste e descentramento que aplicava aos fatos etnográficos. Era comum ouvi-lo falar após essas teorias, ou mesmo falas de colegas do exterior, “Jáááá no Brasil...” apontando as diferenças, mas sobretudo as particularidades de uma sociedade que caracterizou como paradoxal.

Embora tenham se conhecido tardiamente⁶, a *démarche* desenvolvida por Kant, em parceria com seu colega Marco Antonio da Silva Mello, aproxima-se de maneira significativa daquilo que Laurent Thévenot (2020) elaborou e denominou como o “método do estrangeiro”. Trata-se de uma convergência que não se reduz a uma analogia formal entre teorias. Ela diz respeito à disposição epistemológica de fazer do deslocamento, do estranhamento e do confronto entre diferentes perspectivas uma condição heurística para a conformação de uma antropologia reflexiva sobre suas próprias categorias analíticas. Segundo Thévenot:

Do ponto de vista metodológico e teórico, como demonstrou Joan Stavo-Debauge em sua obra [2014, 2017], a análise da comunidade a partir da chegada do estrangeiro é extremamente frutífera. Conforme ele demonstrou, as reflexões dos sociólogos clássicos sobre o tema estão longe de ter extraído todas as suas implicações, assim como as filosofias da hospitalidade, devido à falta de uma abordagem radicalmente recíproca desse encontro. O tipo de descentramento introduzido pelo choque do estrangeiro foi explorado, em pesquisas baseadas no “método do estrangeiro » [Thévenot, 2017], a partir de programas binacionais de pesquisa que não são apenas comparativos, mas concebidos com base no poder heurístico desse choque para um trabalho crítico e reflexivo recíproco entre sociólogos de duas regiões. Mesmo os antropólogos, estudiosos do estrangeiro por excelência, dificilmente contemplavam essa reciprocidade até que a recente popularidade das “ontologias” plurais os levasse a encenar os dois lados de um confronto simétrico, mais do que a realizá-lo efetivamente. Um dos primeiros e benéficos efeitos desse choque é revelar os fundamentos normativos ocultos — e, na maioria das vezes, não refletidos — das categorias das ciências sociais e políticas dotadas de pretensões transnacionais e transculturais (Thévenot, 2020, p. 82)⁷.

6 Para maiores informações sobre a relação acadêmica institucional entre os pesquisadores brasileiros e franceses, ver Mota (2026), Mello *et al.*, (2007) e Breviglieri, Dias e Nardacchione. (2017), Thévenot (2020 e 2026).

7 Méthodologiquement et théoriquement, comme l’a montré Joan Stavo-Debauge dans son œuvre [2014, 2017], l’analyse de la communauté à partir de la venue de l’étranger est des plus fructueuse. Ainsi qu’il l’a montré, les considérations des sociologues classiques à ce sujet sont loin d’avoir tiré toutes les conséquences, non plus que les philosophies de l’hospitalité, faute d’une approche radicalement réciproque de sa rencontre. Le type de décentration qu’introduit le choc de l’étranger a été exploité, dans des recherches reposant sur la « méthode de l’étranger » [Thévenot, 2017a], à partir de programmes binationaux d’enquêtes qui ne sont pas seulement comparatifs mais conçus à partir du pouvoir heuristique d’un tel choc pour un travail critique et réflexif réciproque de sociologues de deux contrées. Même les anthropologues, savants de l’étranger par excellence, n’envisageaient guère cette réciprocité jusqu’à ce que la vogue récente des « ontologies » plurielles ne les amène à mettre en scène les deux côtés d’une confrontation symétrique plus qu’à la réaliser effectivement. Un des premiers et bénéfiques effets de ce choc est de faire apparaître les fondements normatifs enfouis, et le plus souvent non réfléchis, de catégories des sciences sociales et politiques dotées de prétentions transnationales et transculturelles.

Ou, fazendo referência a outra passagem de Laurent Thévenot, é possível vislumbrar as intersecções entre as *démarches* desenvolvidas pelo sociólogo francês e pelo antropólogo brasileiro, produzidas em momentos históricos distintos e em contextos intelectuais diversos, mas que convergem em torno de um mesmo horizonte epistemológico: a necessidade de interrogar os pressupostos normativos e as categorias analíticas mobilizadas na construção dos objetos das ciências sociais. Portanto, não se trata apenas de uma simples aproximação comparativa entre trajetórias e perspectivas, pois incidem no exercício de reconhecimento do estatuto reflexivo do conhecimento produzido, isto é, quanto à exigência de tornar visíveis as operações de classificação, qualificação e categorização que frequentemente permanecem implícitas nos modos de apreensão das teorias sociais. Nesse sentido, Thévenot e Kant postulam uma dimensão central da *démarche* comparativa, na qual o procedimento destinado comparativo não é redutível a uma operação de colocar objetos distintos lado a lado, mas de uma operação crítica-reflexiva capaz de deslocar o olhar do pesquisador e revelar os fundamentos situados das próprias categorias analíticas mobilizadas para o exercício interpretativo ou compreensivo do cientista social. Segundo Thévenot:

Na comparação “mais próxima” que defende, L. Valensi recorre ao modelo de Fredrik Barth, muito apreciado pelos historiadores devido à dinâmica que ele conferiu às fronteiras. Mas ela não leva em conta o fato de que esse autor adota, dos sociólogos, as categorias do interacionismo (“negociação” entre “indivíduos”), o que transporta, sem distância reflexiva, uma certa construção do público de cunho liberal, quando se deveria questionar a variedade das construções em uso. A reflexividade que Michael Werner e Bénédicte Zimmerman destacam em sua caracterização de uma história cruzada (Werner & Zimmerman, 2003, 2004) a distingue tanto “do comparativismo — que, idealmente, pressupõe a existência de um ponto de vista externo que permita, ao mesmo tempo, construir objetos comparáveis e aplicar-lhes questionários analíticos comuns — quanto dos estudos de transferência — que, na maioria das vezes, não questionam seus pressupostos referenciais” (2003, p. 26). Resta, como observa J. Dakhli a respeito dessa fecunda história cruzada, que uma abordagem por meio do empréstimo cultural não é suficiente «para resolver a questão da contiguidade ou da identidade das culturas» (Dakhli, 2001, p. 1181) (Thévenot, 2017, p. 7).⁸

8 Dans la comparaison « au plus proche » qu’elle défend, L. Valensi s’en remet au modèle de Fredrik Barth, très prisé par les historiens en raison de la dynamique qu’il confère aux frontières. Mais elle ne tient pas compte du fait que cet auteur emprunte aux sociologues les catégories d’un interactionnisme (« négociation » entre « individus ») qui transporte sans distance réflexive une certaine construction du public de facture libérale là où il y aurait à s’interroger sur la variété des constructions en usage. La réflexivité que mettent en avant Michael Werner et Bénédicte Zimmerman dans leur caractérisation d’une histoire croisée (Werner & Zimmerman, 2003, 2004) la distingue autant « du comparatisme — qui, idéalement, postule l’existence d’un point de vue extérieur permettant à la fois de construire des objets comparables et de leur appliquer des questionnaires analytiques communs — que des études de transfert — qui, le plus souvent, ne mettent pas en question leurs présupposés référentiels » (2003, p. 26). Il reste, comme le remarque J. Dakhli à propos de cette féconde histoire croisée, qu’une approche par l’emprunt culturel ne suffit pas « à résoudre la question de la contiguïté ou de l’identité des cultures » (Dakhli, 2001, p. 1181).

Nesse sentido, a etnografia cumpre a função de ser um recurso heurístico de elucidação das evidências simbólicas (Cardoso de Oliveira, 2018), ao passo em que a comparação cumpre a função de artifício de desembotamento e ampliação dos horizontes.

CONCLUSÃO

Hoje, Kant repousa em um outro universo, equidistante ao nosso, pois ainda que ausente fisicamente, sem sua voz rouca ecoando entre nós, permanece vivo em nossos corações, no paralelo de nossos pensamentos, nos infinitos ensinamentos que nos legou. Neste momento de navegações por mares de águas turbulentas diante das mutações inquietantes do mundo, dos extremismos, das extremas direitas que avançam em diferentes partes do planeta, dos racismos e das intolerâncias - quando as luzes da noite parecem obscurecer os horizontes, ou até mesmo torná-los sombrios - há sempre um raio lunar que atravessa a escuridão e lança luzes de estrelas bailarinas, concedendo-nos maior segurança para seguir navegando.

Nas horas em que o peito aperta de saudade, emergem as lembranças dos momentos alvissareiros compartilhados nos bares, nas salas de reuniões, nos congressos, nas festas, nas cidades e nos países por onde estivemos juntos e, claro, na praia de Itaipu: esse lugar de cintilantes aventuras, conversas, abraços, ensinamentos e experimentações vívidas. Foi ali que suas cinzas foram poeticamente entregues ao mar pelos seus filhos, Felipe e Rafael, por sua irmã, Andréa Souto Mayor⁹, por sua neta Luisa, por ex-companheiras, amigas, amigos, orientandos(as) e ex-orientandos(as), e por um de seus grandes interlocutores, companheiro de jornada e amigo, Seu Chico. O rito das cinzas, conduzidas pelos ventos de um lugar tão memorável para ele e todas/todos nós, não será esquecido: uma tristeza com a festividade requerida.

Nos momentos indelévels de vazio, quando retorna a inevitável e automática interrogação “o que Kant diria sobre isso?!” ou quando sentimos falta das gargalhadas provocadas por seu humor raro, cínico e divertido, capaz de nos inundar de risadas, surge também a lembrança de que foi a partir de Kant que a autora e o autor deste texto teceram uma parceria profissional, acadêmica e intelectual construída ao longo de décadas. Uma relação tecida por uma amizade realística, povoada por passagens de *bonheur* e tristezas, mas muita solidariedade, ancorada, em certa medida, nesse espírito kantiano.

Nesse percurso, lembramos que foi por meio das relações estabelecidas com Kant que a autora deste texto se fincou no Rio de Janeiro e construiu uma família, e que o autor encontrou

⁹ Professora do Departamento de Segurança Pública da UFF, pesquisadora do INCT-InEAC e coautora de um dos artigos deste número especial.

uma luminosa companheira de vida¹⁰. Foi também por intermédio dele que tecemos amizades tão profundas quanto o fundo do oceano; tão sólidas quanto as rochas do Morro das Andorinhas, em Itaipu; tão cristalinas quanto as águas da tarde em Itaipu. Forjamos, entre muitos de nós - não todos, pois seria impossível abarcar a imensa comunidade que se estabeleceu a partir das relações tecidas com Kant -, laços dadivosos que permanecem por décadas, inclusive no interior do diferendo das diferenças.

Nos horizontes pelos quais navegamos, quando a alma pesa, lembramos da sorte de termos compartilhado o mesmo tempo e espaço com essa figura marcante. Uma pessoa humana, controversa, cheia de erros e repleta de contradições (como quase toda a humanidade), mas possuidora de um coração que, para aqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-lo verdadeiramente, era imenso como uma embarcação. Uma embarcação que, como dissemos, nunca fez questão de ser apenas sua. Pelo contrário, compartilhou generosamente seus caminhos, seus conhecimentos e seus sonhos com muitos. Kant foi um construtor de mundos possíveis e de horizontes compartilhados.

Em tempos sombrios como os desta era, suas formulações - como “para cima e para o alto!” - tornam-se bússolas para orientar nosso navegar. E a amplitude generosa de uma estrela bailarina permanece entre nós: entre a ausência e, por vezes, a tristeza, mas sobretudo com a certeza de que seu legado continuará brilhando nos céus deste mundo, neste vasto mundão. Afinal, luzes como a de Kant não se apagam com a finitude da existência física: tornam-se ainda mais intensas. Do caos às estrelas, do sul ao norte, em todos os cantos deste mundo, sua luz seguirá iluminando caminhos.

Obrigado, Kant, por nos ter permitido navegar por tantos mares. Pelos mares da antropologia e da academia e, particularmente, pelos mares da alegria e da amizade. Um Timoneiro que nos ensinou a observar muitos horizontes. Um mestre, professor e eterno amigo que nos ensinou a viver a vida com diversão (apesar dos pesares). Dos horizontes que hoje nos distanciam perdura a saudade e a certeza que valeu a pena viver o que vivemos ao seu lado...

REFERÊNCIAS

1. BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e as suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Piliphe; STREIFF-FENART, Jocelyne (ed.). **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 187-227.
2. BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva,

¹⁰ Trata-se de nossa colega de Universidade, funcionária administrativa da UFF, Luciana da Costa Azevedo, ex-orientada de Roberto Kant de Lima no mestrado do PPGJS/UFF.

1987.

3. BRAMA, Leonardo; KANT DE LIMA, Roberto Kant de; MOTA, Fabio Reis. 'Confusion of horizons' with unwanted Others: Frustrations, results and effects of ethnographic practices in the realm of justice and public safety. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 21, e211008, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43412024v21e211008>. Acesso em: 22 ago. 2026.
4. BREVIGLIERI, Marc; DIAS, Paola; NARDACCHIONE, Gabriel. L'expérience latino-américaine de la sociologie pragmatique francophone. **Sociologies**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/sociologies/6174>. Acesso em: 21 jun. 2021.
5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto. **Desvendando evidências simbólicas: compreensão e conteúdo emancipatório da antropologia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018. v. 1.
6. DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne**. Paris: Seuil, 1983.
7. DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação. In: DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. 9. ed. São Paulo: Ática, 1990. p. 182-203.
8. EILBAUM, Lucía. De direitos, vítimas e humanos: moralidades e categorias em disputa em torno da "violência de Estado" In: WERNECK, Alexandre; FERREIRA, Leticia (org.). **Questões de moral, moral em questão: estudos de sociologia e antropologia das moralidades**. Rio de Janeiro: Morula, 2023 p. 271-298.
9. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1989.
10. GOFFMAN, E. **Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.
11. HABERMAS, Jurgen. **L'espace public**. Paris: Payot, 1993
12. KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
13. KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: A tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n.10, p. 65-84, 1989.
14. KANT DE LIMA, Roberto. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**. Niterói: Eduff, 1997.
15. KANT DE LIMA, Roberto; PEREIRA, Luciana. **Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro.**, Niterói: Eduff, 1997. (Coleção Antropologia e ciência política).
16. KANT DE LIMA, Roberto. Police, justice et société au Brésil: une approche comparative des conflits dans l'espace public. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, Paris, v. 83/84, p. 72-80, 1999.
17. KANT DE LIMA, Roberto. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais

- de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada, **Anuário Antropológico**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.885>. Acesso em: 22 ago. 2026.
18. KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de Antropologia e de Direito**: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. v. 1.
 19. KANT DE LIMA, Roberto. Carnavais, malandros e heróis: o dilema brasileiro do espaço público. In: GOMES, Laura Graziela; BARBOSA, Livia; DRUMMOND, José Augusto (org.). **O Brasil não é para principiantes**: Carnavais, Malandros e Heróis, 20 Anos Depois. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 105-124.
 20. KANT DE LIMA, Roberto. Choques e fusões simétricas e criativas: a internacionalização da Antropologia no quadro de um acordo Capes-Cofecub (PPGA/UFF/Sociologia/Nanterre). **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói. n. 30, p. 199-207, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41942>. Acesso em: 22 ago. 2026.
 21. KANT DE LIMA, Roberto. A administração de conflitos no Brasil: A lógica da punição. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (org.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1996. p. 165-177.
 22. MELLO, Marco Antonio da Silva; VALADARES, Licia do Prado; KANT DE LIMA, Roberto; VEIGA, Felipe Berocan. Si tu vas a Rio! L'expérience Brésilienne d'Isaac Joseph. In: CEFAÏ, Daniel; SATURNO, Carole (ed.). **Itinéraires d'un pragmatiste**: autour d'Isaac Joseph. Paris: Economica, 2007. p. 235-259.
 23. MOTA, Fabio Reis. **Cidadãos em toda parte ou cidadãos à parte?** Demandas de direitos e reconhecimento no Brasil e na França. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
 24. MOTA, Fabio Reis. Encruzilhando Sociologias e Antropologias: o (possível) diálogo entre Laurent Thévenot e a “Escola Antropológica de Niterói”. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, e250072, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752026v16i17>. Acesso em: 22 ago. 2026.
 25. MOTA, Fabio Reis; VELÁSQUEZ, Daniela. Revestimentos de si limites do conceito de identidade e sua interface com a perspectiva pragmática. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 40, n. 1, e53750, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20254001e53750>. Acesso em: 22 ago. 2026.
 26. RIBEIRO, Yolanda Gaffrée. **Arenas Antirracistas**: dos remanescentes de quilombo no Rio de Janeiro aos descendentes de imigrantes em Paris. Rio de Janeiro: Autografia, 2025.
 27. THÉVENOT, Laurent. « Des liens du proche aux lieux du public » : retour sur un programme franco-russe pionnier. **Revue d'études comparatives Est-Ouest**, Paris, v. 48, n. 3-4, p. 7-43, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/323705582_Des_liens_du_proche_aux_lieux_du_public_Retour_sur_un_programme_Franco-Russe_pionnier. Acesso em: 22 ago. 2026.

28. THÉVENOT, Laurent. La grande décentration. **Revue du MAUSS**, [S. l.], n. 56, p. 77-91, 2020. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-du-mauss-2020-2-page-77?lang=fr&tab=cites-par>. Acesso em: 22 ago. 2026.
29. THÉVENOT, Laurent. O Humano recolocado na atividade: uma conversa com Laurent Thévenot. **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, e250072, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752026v1617>. Acesso em: 22 ago. 2026.
30. VELÁSQUEZ, Daniela. **Identidade em devir**: circulação de normatividades e empretecimento no Quilombo do Grotão. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

Fabio Reis Mota

Professor Associado do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7883-8258>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: reismota@gmail.com.

Lucia Eilbaum

Professora Adjunta do Departamento de Antropologia, do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos e do Grupo de Etnografias em Antropologia do Direito e das Moralidades. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8948-0108>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: luciaeilbaum@id.uff.br.